

LAZER E CULTURA EM GOIÂNIA

BENEVIDES, Pedro Henrique Silva ¹

DIAS, Cleber ²

CUSTÓDIO, Bruno Batista ³

RANGEL, Jéssica Gaspar ⁴

PÁDUA, Larissa Miranda de ⁵

Faculdade de Educação Física – Universidade Federal de Goiás

Email:phsilvabenevides@hotmail.com

Resumo

Este projeto pretende identificar os equipamentos de lazer ligados aos interesses artísticos de Goiânia, nomeadamente museus, centros culturais, teatros, bibliotecas, cinemas e parques. Nosso objetivo será analisar seu modo de distribuição geográfica, inferindo possíveis co-relações entre suas localizações e outros aspectos sócio-econômicos. Pretende-se então saber quantos equipamentos dessa natureza existem, onde estão localizados e quais os seus padrões de distribuição. Também será alvo de análise suas formas de gestão, suas fontes financiadoras, seus regimes jurídicos, a programação que oferecem, a forma de contratação e treinamento de recursos humanos e o perfil geral dos freqüentadores.

Palavras-chave: Lazer, cultura, política

Considerando o acesso ao lazer e a cultura como direitos sociais, elementos chave para uma sociedade justa, equitativa e democrática, este estudo pretende identificar os equipamentos de lazer ligados aos interesses artísticos e culturais da cidade de Goiânia, nomeadamente os museus, centros culturais, teatros, bibliotecas, cinemas e também os parques ecológicos e se justifica por ser uma tentativa de coligir elementos que possam contribuir para um conhecimento mais detalhado da infra-estrutura de lazer da cidade de Goiânia, tentando colaborar para uma melhor alocação de recursos no que toca as suas políticas públicas, particularmente quanto a construção de condições que permitam e/ou facilitem o acesso à cultura. Nesse sentido, nosso objetivo então será o de analisar o modo de distribuição geográfica desses equipamentos no interior da cidade de Goiânia, inferindo sobre as possíveis co-relações entre suas respectivas localizações e outros aspectos sócio-econômicos, como a densidade populacional, o IDH e a renda per capita dos bairros em que se inserem. Em outras palavras, pretende-se saber quantos equipamentos dessa natureza existem em Goiânia, em que parte da cidade estão localizados e quais os padrões de distribuição. Também será alvo de análise suas formas de gestão, suas fontes financiadoras, seus regimes jurídicos, a programação que oferecem, a forma de contratação

¹ Graduando em Educação Física na Universidade Federal de Goiás e bolsista do Projeto Lazer e cultura em Goiânia (Ministério do Esporte / Rede Cedes).

² Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, coordenador do Projeto Lazer e cultura em Goiânia (Ministério do Esporte / Rede Cedes), membro do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Comunicação e co-autor do livro Equipamentos culturais na América do Sul (Apicuri, 2009).

³ Graduando em Educação Física na Universidade Federal de Goiás e bolsista do Projeto Lazer e cultura em Goiânia (Ministério do Esporte / Rede Cedes).

⁴ Graduanda em Educação Física na Universidade Federal de Goiás e bolsista do Projeto Lazer e cultura em Goiânia (Ministério do Esporte / Rede Cedes).

⁵ Graduanda em Educação Física na Universidade Federal de Goiás e bolsista do Projeto Lazer e cultura em Goiânia (Ministério do Esporte / Rede Cedes).

e treinamento de recursos humanos, o perfil geral dos frequentadores, entre outras questões.

Discutir o modo de distribuição de equipamentos culturais de lazer pela cidade pode ser importante para pensarmos as desigualdades e os desafios a serem assumidos sob este aspecto das políticas de lazer. Essa perspectiva ganha uma conotação ainda mais relevante considerando que, no Brasil, identifica-se grande desigualdade na distribuição desse tipo de equipamento. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 73,2% dos municípios brasileiros não possuem sequer um museu e apenas cerca de 7% possuem cinema. Em relação às bibliotecas públicas e às livrarias, a situação não é muito diferente: somente cerca de 10% possuem duas ou mais bibliotecas, sendo que apenas 35,3% possuem livraria (IPEA, 2002).

Mais ou menos no mesmo sentido, dados da Comissão do Patrimônio Cultural da Universidade do Estado de São Paulo apontam que aproximadamente 73% de todos os museus do Brasil encontram-se concentrados nas regiões Sul e Sudeste (47 e 26%, respectivamente), enquanto o Nordeste concentra 17,9%, o Centro-Oeste 4,8% e o Norte apenas 3,9% (COMISSÃO, 1997). De acordo com a mesma Comissão, esse padrão de desenvolvimento e concentração não guarda correlações com a densidade populacional. Assim, a região Sul, por exemplo, que é muito menos populosa que a região Nordeste, tem significativamente mais equipamentos desse tipo. O critério dessa distribuição parece ser então a condição econômica e sócio-cultural, pois as duas regiões com maior número de equipamentos têm também os maiores valores percentuais de PIB do país, bem como as maiores taxas de urbanização e alfabetização. Comparações sobre a forma de distribuição dos equipamentos culturais entre cidades sul-americanas também têm demonstrado, justamente, que as cidades capitais sempre dispõem de mais equipamentos que as cidades não-capitais (ver MELO, et.al., 2009).

No caso de Goiânia, mais particularmente, poder-se-ia afirmar, a princípio, que a cidade se encontra numa situação relativamente privilegiada com relação ao quadro de desigualdade nacional, já que sabemos, de início, da existência de no mínimo vinte e dois parques verdes, nove museus, oito centros culturais, seis teatros e sete cinemas que totalizam trinta e sete salas. Contudo, um olhar mais cuidadoso talvez nos permitisse perceber a permanência da situação de desigualdade na distribuição dessas opções de lazer, só que agora em outros termos; no interior do espaço da cidade. Será que o padrão de distribuição desses equipamentos não reproduz, a sua maneira, o desequilíbrio entre centro e periferia expresso na quantidade assimétrica de equipamentos culturais nas diversas regiões do país? Onde, mais especificamente, se encontram esses equipamentos da cidade de Goiânia? Sua localização garante efetivamente acesso à toda população? Nota-se uma distribuição geográfica uniforme e em conformidade com a densidade populacional de cada região; ou, ao contrário, sua distribuição obedece a critérios de poder financeiro e prestígio social?

O aprofundamento de informações a esse respeito pode, certamente, ajudar a repensar o processo de distribuição e concentração dos equipamentos culturais de lazer, sendo, portanto, de grande importância e utilidade para a elaboração de políticas públicas mais efetivas nesse setor, já que a acessibilidade é uma das condições *sine qua non* para as vivências dos momentos de lazer.

Sob este aspecto, na realidade, podemos elencar pelo menos três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da cidade, inclusive os culturais: 1) o aspecto físico, isto é, se há ou não equipamentos; 2) o aspecto financeiro, quer dizer, se o valor cobrado e os gastos implicados na sua visita e frequência são acessíveis; 3) o aspecto relacionado à formação e a predisposição, isto é, se há estímulo, instrução e intervenção pedagógica no sentido de possibilitar a compreensão dos

significados das diversas manifestações culturais. Todas essas dimensões, evidentemente, estão inter-relacionadas, pois, de um lado, seria estéril disponibilizar uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não fossem estimuladas a frequentá-los, de modo que a existência de equipamentos próximos a residência não significa, necessariamente, que a sua população irá procurá-los com frequência (MELO; ALVES, 2003).

Por outro lado, o desejo de acessar equipamentos culturais nos momentos de lazer se inviabiliza diante de obstáculos físicos ou econômicos, como a distância ou o alto preço de ingressos. Trata-se, portanto, de uma questão de educação tanto quanto de política pública, onde o que está em tela é a criação de condições para que as pessoas tenham o direito inalienável de escolha. Não surpreende, então, que algumas iniciativas para incentivar a frequência e criar mecanismos de melhor distribuição de acesso a cultura estejam em curso atualmente, como é o caso do estímulo à construções de novos equipamentos nos bairros da periferia ou no desenvolvimento de campanhas de popularização das artes com o oferecimento de ingressos a preços mais acessíveis. O próprio Ministério da Cultura já desencadeou um processo de rediscussão das leis de incentivo, de forma a aumentar o seu alcance. Não é outro o motivo pelo qual o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) já apresenta preocupações com a questão da diversidade cultural no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen para medir os níveis de desenvolvimento a partir de variáveis como renda familiar per capita (soma dos rendimentos dividida pelo número de moradores da residência), expectativa de vida, taxa de alfabetização e número médio de anos de estudo da população. Também se destaca nesse sentido o grande número de “projetos sociais” desenvolvidos em comunidades de baixa renda que tem a cultura como mote de atuação.

Nesse quadro, análises como a que propõe este projeto podem oferecer parâmetros para que as iniciativas públicas no âmbito da cultura e do lazer sejam socialmente mais eficientes e justas. Enfim, o estudo da distribuição dos equipamentos e de sua relação com o desenvolvimento social em geral se insere num contexto mais amplo, na medida em que aponta alguns desafios para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, afinal, “torna-se difícil imaginar a transformação da sociedade por meio da cultura se ela não chega ao conjunto da população” (BRANT, 2002, p.19).

A cultura, de modo geral, tem se mostrado uma arena privilegiada de luta e contestação da ordem estabelecida. Em muitos casos, é por intermédio de manifestações culturais que grupos inteiros têm entabulado suas estratégias de reivindicação, como é o caso, por exemplo, dos grupos indígenas e, mais recentemente, das “comunidades de remanescentes quilombolas”. Nessas situações, a identidade, os costumes e as tradições, isto é, numa só palavra, a cultura, são os canais pelos quais se apresentam amplos conjuntos de demandas e necessidades que, inclusive, extrapolam a própria esfera da cultura, *stricto sensu*. Em outras palavras, é justamente através da valorização simbólica de costumes culturais tidos e publicamente apresentados como tradicionais que esses grupos tentam afirmar suas particularidades e também suas crenças e convicções.

A cultura, em suma, vai reforçando diferenças e criando meios para o distanciamento, para a distinção e para a existência de desigualdades sociais, elaborando novas formas de se estabelecerem fronteiras entre grupos sociais, refletindo as contradições estruturais da sociedade e configurando-se, ao mesmo tempo, como recurso para as disputas em torno da “legitimação da legitimidade”, como dizia Pierre Bordieu (1998). Portanto, o acesso aos bens culturais valorizados e classificados de acordo com as hierarquias sociais mais amplas se instrumentaliza como objeto possível para inserção social e aquisição de plena cidadania de grupos historicamente alijados desse processo, como um sem número de grupos populares, moradores das periferias.

Assim, avaliar a distribuição geográfica de equipamentos culturais de lazer não é apenas e tão somente inventariá-los para a construção de uma lista supostamente neutra e politicamente imparcial. Fazer isso significa, na verdade, indagar-se analiticamente sobre os possíveis efeitos sociais das barreiras simbólicas e ao mesmo tempo geográficas que separam esses equipamentos de certas parcelas da população, o que denuncia, por sua vez, as funções que tais lugares vêm historicamente cumprindo. Em segundo lugar, saber a quem esses espaços estão endereçados, perguntando sobre suas dinâmicas de funcionamento, bem como sobre o perfil geral de seus freqüentadores, é uma tentativa de apreender os equipamentos de lazer como possibilidade de expressão com alcance político potencial, afinal, a cultura é a representação simbólica dos traços que caracterizam cada grupo social. A postura, portanto, não é somente a de advogar a favor da universalização de manifestações eruditas em detrimento das populares, supondo que as primeiras são esteticamente melhores e intelectualmente mais sofisticadas que as segundas, sendo, por implicação lógica, potencialmente mais educativas e humanizadoras. Não se trata, portanto, de imaginar políticas culturais de lazer comprometidas tão somente com a difusão de costumes e representações de um único estrato social. Pra longe disso, o desafio aqui é o de tentar livrar-se de visões caricaturais, preconceituosas e etnocêntricas, a fim de saber por que certos grupos acessam determinadas manifestações culturais mais do que outros.

Referências

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRANT, Leonardo. *Mercado cultural: panorama crítico com dados e pesquisas e guia prático para gestão e venda de projetos*. São Paulo: Escrituras, 2002.

COMISSÃO do Patrimônio Cultural. *Guia de museus brasileiros*. São Paulo: USP, 1997.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Ano 3, n. 4. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.

MELO, Victor [et.al.]. *Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MELO, Victor; ALVES JÚNIOR, Edmundo. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.